



ATA DA XVII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2016, NO AUDITÓRIO DA SMDHC – RUA LÍBERO BADARÓ, 119 – TÉRREO – CENTRO-SP, COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: Sônia Maria Trassi (SMS), Maria Regina de Oliveira Lima (SMADS), Sérgio Pinto Carneiro (SME), Sérgio Lopes da Silva (SMSU), Rosália Santana dos Santos (RPR), Carla de Oliveira Pena (RPR) e Marta Regina Marques (Bom Parto). **MEMBROS SUPLENTE**S: Manoel Messias N. dos Santos - Jamaica (RPR), Wanda Brito Balbi (RPR), Elisabete Silveira Ramos (RPR), Paula Frega (RPR), Antônia Regina de Araujo Keller (CROPH), Carmem Santana (UNIFESP) e Robson Cesar Correia de Mendonça (MEPSR). **PARTICIPANTES**: Tiago Lizot Lavrini (SMDHC), Júlia Carvalho Ferreira Barbosa Lima (SMDHC), Juliana Reimberg (SMDHC), Rita de Cassia de Oliveira (SMDHC), Wilherson Carlos Luiz (Defensoria Estadual), Castor José Guerra, Thiago C. Santos (MEPSR), Jaciara de Souza Simões (Movimento PopRua), Isabel Antonio, Rosangela Maria A. Prattes (GCM), Jorge Arthur C. Floriani (SMADS/CPGE), João Leonardo Volpi Antonini (Balcão SMDHC), Crisitina F. S. Nagai (Defensoria Pública), Fábio de Godoy (SMDHC – CPCA) e Maria Aparecida dos Santos.

A Sra Júlia (SMDHC) abre a reunião informando que o encontro em questão foi uma deliberação da XXXIII Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial da Política Municipal para População em Situação de Rua tendo como pautas: 1) criança e adolescente em situação de rua; e 2) crachás de identificação.

O Sr. Robson (MEPSR) explica que tem presenciado muitas crianças e adolescentes em situação de rua no centro de São Paulo que solicitam a ele banho e alimentação. Questiona quais os atrativos existentes para a acolhida das crianças e adolescentes para além do banho e da alimentação ofertados pelos serviços da rede socioassistencial. Fala também da urgência em tratar sobre esse tema porque há um pedófilo atuando na região central que tem abusado de crianças e que o caso já foi encaminhado ao Ministério Público, diz considerar importante serem pensadas ações imediatas. O Sr. Robson (MEPSR) fala que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) ainda não respondeu uma solicitação encaminhada por ele.



A Sra. Paula (RPR) relata um encaminhamento feito por ela própria a uma criança para um abrigo. Também conta sobre um caso de tráfico de crianças da região da Armênia (São Paulo) para o Rio de Janeiro. O Sr. Fábio (SMDHC - CPCA) informa que a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, criou recentemente um Grupo de Trabalho (GT) para discutir tal tema e uma das propostas é levantar dados com o movimento social, SMADS e CMDCA para formulação da política para criança e adolescente. Fala da prática de doações de alimento na rua que fortalecem a permanência de crianças e adolescentes na situação de rua e, por fim, sugere que algum representante do Comitê PopRua componha as discussões do GT citado acima.

A Sra. Cristina (Defensoria Pública) informa que, em junho, a Defensoria Pública Estadual organizou uma passeata na região central da cidade, seguida de uma audiência pública referente ao tema de crianças e adolescentes em situação de rua. Fala que desse momento em diante houve uma série de encaminhamentos às Secretarias Municipais e ao Ministério Público; diz que há um GT na Defensoria que reúne os profissionais da SMADS e SMS que realizam o serviço de abordagem de rua às crianças e adolescentes para discutir estratégias para serviço acolhedor e convida aos membros do Comitê que quiserem compor esse grupo e informa que a próxima reunião do GT da Defensoria acontecerá no dia 20 de setembro. Relata que na Audiência Pública mencionada houve relatos de meninos em situação de rua sobre a agressividade nas ações da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar e que a partir disso, a Defensoria Pública em conjunto com a Corregedoria começaram a estruturar sensibilizações aos agentes de segurança. O Sr. Sérgio (SME), atual presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, informa que o CMDCA constituiu dois grupos de trabalho: 1) que organiza e propõe a metodologia que será adotada na formulação da política para criança e adolescente; 2) de atuação posterior ao do primeiro grupo, que formulará essa política pública e que convidará à participação as pessoas envolvidas com o segmento, desde o Ministério Público, Defensoria Pública, ONGs, profissionais da ponta, fóruns que discutem o tema da criança e do adolescente em situação de rua, o Comitê PopRua etc. A data prevista para finalização da proposta de plano é 04 de novembro de 2016.



O Sr. Sérgio (SMSU) diz que a Guarda Civil Metropolitana é ciente da importância da política de redução de danos e fala que não se pode generalizar a atuação da GCM devido a denúncias pontuais. Ele também diz da necessidade de apresentar fatos concretos no momento da denúncia. A Sra. Rosângela (SMSU) informa que os profissionais da GCM, antes de assumirem suas posições na Guarda, passam por um curso que visa a desenvolver ações de sensibilização aos mesmos. A Sra. Sônia (SMS) informa que no Centro de São Paulo há entre dez a doze barracas ocupadas por cerca de quarenta crianças na faixa etária de 8 a 10 anos e diz que fatos como esse tem urgência, não podendo aguardar os desdobramentos de projetos e GTs. Ela também fala que o fim do projeto Quixote na região da Luz faz falta, uma vez que o equipamento do Taiguara não é suficiente para toda a demanda.

O Sr. Sérgio (SME) informa que foi aprovada resolução entre o CMDCA e o COMAS que dispõe de uma política de emergência de crianças e adolescentes em situação de rua, a qual deverá começar no dia 20 de agosto e prosseguir até o final de setembro de 2016 e diz também que há uma rede de proteção e serviços que constantemente encaminham os casos envolvendo crianças e adolescentes aos SAICAs (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) que atualmente conta com 122 equipamentos conveniados em São Paulo. O Sr. Castor fala do temor de sofrer represálias ao formalizar uma denúncia. O Sr. Leonardo (SMDHC) explica que a denúncia pode ser realizada no Balcão de Atendimento da SMDHC de forma anônima ou por telefone. A Sra. Carmen (UNIFESP) sugere o fortalecimento de iniciativas educativas territoriais por meio da Secretaria Municipal de Educação para enfrentamento desse tema.

O Sr. Jorge Arthur (SMADS) faz uma apresentação sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para solucionar a problemática das crianças e adolescentes em situação de rua. Primeiramente, fala que há uma forte associação entre o uso de drogas com a situação de rua entre crianças e adolescentes e que, diante de tal realidade, o trabalho sobre drogas será pautado em três eixos principais: a) Droga em Si; b) Eixo contexto; c) Eixo individual. O Sr. Jorge Arthur faz a leitura da Portaria 004/2016/CMDCA e COMAS, publicada no diário oficial da cidade de São Paulo na pg. 51, nº 201/2016 do dia 02 de agosto de 2016 que dispõe sobre Atendimento Emergencial e



Temporário de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua nos períodos de Baixas Temperaturas em 2016, e, concluindo, informa que no dia 15 de setembro haverá uma audiência pública sobre esse tema.

Ao final da pauta criança e adolescente em situação de rua, o Sr. Sérgio (SME) comprometeu-se em trazer ao Comitê PopRua a confirmação de data a partir da qual um representante do Comitê poderá compor o segundo GT que discutirá a formulação dessa política. A Sra. Cristina (Defensoria Pública) também ficou de posicionar ao colegiado sobre a possibilidade de participação de um representante do Comitê no GT da Defensoria que discute o tema da criança e adolescente em situação de rua.

A pauta seguinte a ser discutida foi a disponibilização de crachás de identificação aos membros do Comitê PopRua. O Sr. Robson (MEPSR) abre a pauta falando da importância em conscientizar as pessoas sobre o uso correto do crachá. A Sra. Elizabete (RPR) sugere que seja criado um termo de uso. A Sra. Júlia (SMDHC) diz que é necessário justificar a razão da necessidade dos crachás, uma vez que até o momento as visitas institucionais realizadas pelo Comitê estão focadas aos centros de acolhida emergenciais – as quais estão acontecendo com sucesso sem os crachás, além de estarem em fase de finalização e destaca que o porte dos crachás não libera as catracas da prefeitura e informa que foi encaminhado um ofício à Secretaria do Governo Municipal (SGM) solicitando os crachás para uso do Comitê, e sugere que seja criado um novo formato de crachá, elaborado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos, enquanto não há um retorno da SGM (Secretaria do Governo Municipal). A proposta é aprovada pelo Comitê e encerra a reunião.

Assinam a presente ata aprovada na XXXIV Reunião Ordinária no dia 08.09.2016

MEMBROS TITULARES:

Sônia Maria Trassi (SMS) _____

Maria Regina de Oliveira Lima (SMADS) _____

Sérgio Pinto Carneiro (SME) _____

Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua

SMDHC - Rua Líbero Badaró, 119 - 8º andar - Fone 3113-9906/9775/9624 - São Paulo -
CEP 01009-000



Sérgio Lopes da Silva (SMSU)_____

Rosália Santana dos Santos (RPR)_____

Carla de Oliveira Pena (RPR)_____

Marta Regina Marques (Bom Parto)_____

MEMBROS SUPLENTE:

Manoel Messias N. dos Santos - Jamaica (RPR)_____

Darcy da Silva Costa (RPR)_____

Wanda Brito Balbi (RPR)_____

Elisabete Silveira Ramos (RPR)_____

Paula Frega (RPR)_____

Antônia Regina de Araujo Keller (CROPH)_____

Carmem Santana (UNIFESP)_____

Robson Cesar Correia de Mendonça (MEPSR)_____